

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E RELAÇÕES DE PODER: UMA ANÁLISE DA DESTILARIA MODELLO

Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo¹

Resumo: O presente artigo é um recorte da pesquisa “Memória, Esquecimento e Relações de Poder: trajetória de uma destilaria santamarense” em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (PPGMuseu/UFBA). Neste trabalho serão abordadas as relações entre a preservação de bens industriais na contemporaneidade e suas práticas na esfera do Estado brasileiro, considerando perspectivas sobre a abrangência das ações preservacionistas e a multiplicidade da natureza do patrimônio industrial através da apresentação da trajetória da Destilaria Modello, indústria de transformação da cana-de-açúcar criada ao final do século XIX na cidade de Santo Amaro, região do Recôncavo da Bahia e que atualmente em ruínas é considerada como um dos reminiscentes vestígios da cultura industrial da região.

Palavras-chave: Cultura industrial, relações de poder, memória, preservação, patrimônio.

1. INTRODUÇÃO

As intervenções de recuperação de núcleos arquitetônicos históricos são práticas modernas que buscam promover a reabilitação de edificações e sítios atribuindo-lhes novos usos na contemporaneidade, inseridas no âmbito das ações de preservação dos bens culturais, fomentadas, em sua maioria, pelo Estado. Instituída como política pública no Brasil desde a década de 1930, as políticas de preservação do patrimônio cultural estiveram durante longo tempo designadas exclusivamente à proteção de bens de natureza material, como os imóveis, estabelecendo como principal traço a conservação e manutenção da integridade físico-arquitetônica.

Historicamente, é com o estabelecimento de determinados mecanismos de salvaguarda, como o ato de tombamento, que o Estado institucionaliza e promove a preservação do patrimônio cultural, agenciando o implemento de programas e projetos que majoritariamente tratam da recuperação estrutural-estética dos bens culturais. Transversalmente, essas ações, por vezes, viabilizam novos significados e usos aos núcleos históricos, revitalizando-os, mas sobretudo, promovendo uma reordenação da política urbana das cidades.

Neste sentido, evidencio que este trabalho discorre sobre um tópico relativamente novo no campo do patrimônio. Referindo-se a preservação das indústrias,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joseania Miranda Freitas. moaricastro@gmail.com

fábricas e demais bens representativos de uma cultura industrial e dado que é compreendido como categoria patrimonial, o patrimônio industrial é conceitualmente instituído em 2003, através da publicação da Carta de Nizhny Tagil, apresentada pelo Comitê Internacional para a conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Sua concepção compreende os “[...] vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico [...]” (TICCIH, 2003) como de natureza universal e que são representativos do testemunho de atividades do cotidiano da sociedade e que tiveram, e ainda têm, profundas consequências históricas, refletindo diretamente em mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas.

Admito que é notável a influência da lógica preservacionista tradicional, que quase invariavelmente compreende o patrimônio industrial sob uma ótica tangível, através das construções fabris, maquinários etc. Considero então, que os locais e suas construções são fundamentos corporificados que remetem a constituição de uma ideia de indústria, mas que há percepções sobre eles que podem ser amplificadas e percebidas para além das paredes e máquinas. É neste movimento, que surgem exemplos de reutilização de prédios industriais engajados a um discurso específico de preservação. É comum que construções se tornem convertidas em espaços contemporâneos com funções distintas de sua constituição original e que sequer remetam as suas trajetórias ou as memórias vinculadas a edificação.

Se insere nesse contexto, o objeto de estudo tema da pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGMuseu/UFBA e de que também trata este artigo: a trajetória da Destilaria Modello. Objetiva-se discutir neste trabalho a estruturação das relações patrimoniais, em específico do patrimônio industrial, através de uma edificação ligada à produção agrícola da cana-de-açúcar na cidade de Santo Amaro - BA, região do Recôncavo baiano. O prédio teve diversas ocupações durante seus mais de cem anos de existência e atualmente em ruínas tornou-se conhecido pela comunidade local como Siderúrgica Tarzan, ou apenas Tarzan², assim denominada em virtude de uma das últimas ocupações funcionais. Seu projeto de restauração e reocupação, aprovados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas, destina-o a abrigar um centro de ensino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que não sinalizam

² Optarei por utilizar a denominação Destilaria Modello para referenciar o prédio, por compreender que auferire visibilidade a uma constituição originária e que por longo tempo esteve invisibilizada.

perspectivas de preservação ampliadas, contemplando sua trajetória enquanto Destilaria, desconsiderando pontos que julgo serem fundamentais para sua reapropriação na contemporaneidade.

2. CONTEXTO GEOGRÁFICO-SOCIAL

Inicialmente, torno imprescindível situar o *locus* geográfico-social do período de criação do objeto deste artigo. A Destilaria Modello é um prédio construído em finais do século XIX no auge do pós-abolicionismo, em uma cidade que baseava sua vida na exploração da cana-de-açúcar. Compreender a trajetória de formação de Santo Amaro e de seu povo é também uma das formas de encontrar respostas para entendê-la hoje.

O atual município de Santo Amaro, distante cerca de 80 quilômetros de Salvador, está situado ao norte do Recôncavo baiano, região assim denominada especificamente por sua localização geográfica: o entorno, ou fundo, da Baía de Todos os Santos. Abrangendo territórios adjacentes, ilhas e ilhotas por cerca de trezentos quilômetros, a região é instituída contiguamente ao processo de ocupação da capital, Salvador, ainda no século XVI. Intencionada pela Coroa Portuguesa que pretendia retomar o controle das capitânicas hereditárias afetadas pelas ameaças de outras nações as possessões portuguesas na América, o controle régio direto da Coroa institucionalizou o poder centralizador na colônia, na figura do governador e de outros oficiais representantes fixando definitivamente residência em terras brasileiras. Esta conjuntura propiciou a ocupação da região do Recôncavo, determinada pelo expansionismo territorial adentrando as terras ao fundo da baía frente às necessidades de afixação e demarcação dos planos de exploração das terras brasileiras.

Durante este período, ocupar o interior da baía era sinônimo de conquista, invasão, haja vista, a presença de comunidades indígenas distribuídas por todo o litoral. Penetrar o Recôncavo não foi uma ação pacífica, incluía objetivos firmados, que partiam desde a exploração das terras visando o consumo da população de Salvador até a prospecção de locais apropriados para ocupação e desenvolvimento da cultura agrícola para a exportação, conforme demonstra a historiadora greco-brasileira Kátia Mattoso:

A ocupação do interior baiano realizou-se por um duplo processo: a conquista da terra e seu posterior povoamento. Antes de colonizar, foi preciso vencer os obstáculos naturais, assim como a resistência dos Tupis, Jês e Cariris que habitavam aquelas regiões [...] Uma vez vencidos os índios e destruída a vida tribal, os colonos chegavam para plantar algodão, mandioca e, sobretudo, cana de açúcar. (MATTOSO, 1992. p.72)

A proximidade com Salvador e as características singulares da baía fizeram do Recôncavo, durante os primeiros séculos de ocupação, uma das regiões de produção agrícola mais importantes do Brasil colonial. Predominou o desenvolvimento de processos produtivos fundamentais para o sistema de importação forjado a partir do ciclo da cana de açúcar, tornando a região, e em específico, as terras onde hoje situa-se Santo Amaro, palco de intensa presença de colonos que constituíram a ocupação fundamental para instalação dos engenhos de açúcar, muito justificada, segundo o historiador estadunidense Stuart Schwartz, pelas excelentes condições regionais.

[...] a área do Recôncavo oferecia ótimas condições geográficas e climáticas para o cultivo da cana de açúcar. A região da baía de Todos os Santos apresentava índices pluviométricos apropriados e solos excelentes, especialmente o negro e argiloso massapê, ao longo de toda a margem norte e oeste. A própria baía proporcionava condições de transporte e comunicação acessíveis e baratas para os engenhos litorâneos, e constituía-se em ancoradouro seguro para os navios que transportavam açúcar para a Europa. Tais vantagens foram devidamente apreciadas pela Coroa. (SCHWARTZ, 1998, p. 31).

É importante salientar que a cultura da cana de açúcar já havia sido introduzida pelos donatários nas capitanias, destacando-se as de Pernambuco e a da Bahia de Todos os Santos, que compartilhavam as vantagens do meio físico. Contudo, também é fundamental considerar que a relação entre a produção de açúcar e o Recôncavo situa-se para além das condições naturalmente favoráveis para a lavoura da cana e demais produtos cultiváveis. A proximidade entre Salvador, capital do estado, e principal via de fluxo comercial para Europa, era o principal elo entre a produção agrícola do Recôncavo e o exterior, tornando-se assim traço basilar no estabelecimento dos colonos no interior.

Neste sentido, compreendo que as características singulares, tanto geográficas, quanto sociais e econômicas, evidenciam o processo formativo de Santo Amaro enquanto cidade e de sua população. É inserido neste contexto agrário, de exploração, extermínio dos seus habitantes originários e opressão gerada pelo sistema colonial que surge posteriormente, a Destilaria Modello. É a partir deste marco físico, representativo da presença de uma cultura industrial do Recôncavo, que se estruturaram relações com o ambiente e que foram forjadas múltiplas relações sociais. Compreendido como ícone representativo da trajetória da cidade, o prédio da destilaria remete a um passado esquecido, mas que ressignificado para um novo uso permite refletir sobre como lidar

contemporaneamente com estas memórias urbanas adormecidas, que refletem diretamente no cotidiano da cidade e do povo.

3. DESTILARIA MODELLO

Construído na cidade de Santo Amaro em 1891 por membros da oligarquia regional do Recôncavo Baiano, o prédio da antiga Destilaria Modello encontra-se em estado de abandono desde a década de 1980. Sua origem é remetida a constituição da Companhia União dos Lavradores (CUL), empresa societária do fim do século XIX que construiu o prédio para servir à produção fabril fornecendo aguardente diretamente a rede comercial da empresa, sem intermediações. Considero que o prédio da antiga Destilaria é um imóvel de traços arquitetônicos e dimensões singulares, analisando-o comparativamente ao espaço urbano de Santo Amaro, histórico e atual, reafirmando sua posição como um dos remanescentes registros materiais da indústria da cana no Recôncavo baiano que ainda permanecem resistindo ao tempo.

A referência a esta nomeação (Modello), pode ser aferida através da produção textual e fotográfica do engenheiro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes, que aponta sobre a origem da destilaria em sua obra “O açúcar e o álcool na Bahia”, uma espécie de relatório agrícola sobre a produção e transformação da cana no estado durante primeira década do século XX. Esta publicação é a fonte histórica mais antiga que proporciona imagens do prédio da destilaria com referências ao nome Modello e, por este motivo, opto por apresentá-la inicialmente.

Proporcionando um panorama da produção de cana-de-açúcar no estado no período, o engenheiro apresenta a Destilaria Modello descrevendo técnicas da produção e do maquinário da fábrica envoltos à produção de aguardente entre 1902 e 1903. Segundo, o autor “[...] o estabelecimento, cujo nome encima estas linhas [Destilaria Modello] e que outr’ora era conhecido sob a denominação de Meleira, é o mais importante do Brasil, no ponto de vista da fabricação de aguardente” (ALMEIDA, 1903, p. 43). Consequente, nos revela que a Destilaria estaria em declínio produtivo no período e fora adjudicada pelo Banco Mercantil da Bahia, justificando a decadência pelo não cumprimento de uma dupla condição: de ter o mínimo de custo de instalação aliado ao máximo de produção.

É certo que em 1890, ano de criação da destilaria, engenhos e usinas de açúcar ainda coabitavam o Recôncavo e seguiam uma lógica de distanciamento entre o local de

produção agrícola e os espaços de transformação do produto final, ou seja, ambos se fixavam distantes do centro urbano das cidades. Apesar disso, a instituição da CUL e conseqüentemente da destilaria se dá em momento e local ímpares. A construção de uma indústria de aguardente encrostada na zona urbana de Santo Amaro é evidentemente incomum. A cachaça, considerada um produto de menor valor frente aos destilados existentes, e que pejorativamente era exclusivamente ligado ao consumo de homens e mulheres escravizados, era produzida apenas em pequenos alambiques da região. Entendo que estas questões se tornam sinais manifestos da modificação nas lógicas produtivas e comerciais locais. Considero, que neste contexto ímpar, e que situados cerca de dois anos após o fim da legalidade da escravidão no Brasil, a criação da Companhia União dos Lavradores e conseqüentemente da Destilaria Modelo, torna-se traço fundamental da historiografia local, mas que não são evidenciadas no discurso patrimonial no âmbito de Santo Amaro.

Neste sentido, compreender quem são os envolvidos no processo de criação da Destilaria é preponderante para perceber os motivos que levaram a sua existência. A CUL foi uma empresa societária formada em sua maioria, por homens, brancos, barões e empreendedores locais, como João de Araújo Pinho, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque – o barão de Vila Viçosa – e Pedro Munis de Barreto Aragão – o Barão do Rio de Contas, todos pertencentes à oligarquia que fizera, durante séculos, do açúcar fortuna, explorando a mão de obra negra, escravizada e as terras santamarenses com a monocultura canavieira. Dentre seus objetivos, os sócios buscavam construir “[...] um edifício de coluna de ferro sobre alvenaria com capacidade para fundação de um ou mais aparelhos a vapor destinados à destilação do álcool da matéria prima fornecida por seus associados”, como afirma os artigos 2º e 3º do Estatuto da Companhia³. Concomitantemente, a construção do prédio da destilaria pode ser aferida através de edital publicado no Jornal de Notícias (ed. 3488) em 1891. Nela são solicitados o fornecimento de materiais para “[...] as construções necessárias ao estabelecimento dos aparelhos de destilação e retificação de álcool da Companhia União dos Lavradores”.

Considero que a instituição da Companhia e a criação do seu prédio representavam, naquele momento, a inserção de um novo padrão produtivo para a

³ Estatuto de fundação da Companhia União dos Lavradores, Documento do Fundo Araújo Pinho - Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia

economia e sociedade local: a indústria. Segundo o historiador e professor baiano Walter Fraga, mesmo no âmbito do pós-abolicionismo “[...] grande parte dos recursos produtivos continuou concentrada nas mãos de ex-senhores grande parte dos recursos produtivos continuou concentrada nas mãos de ex-senhores e o acesso à terra se vinculava em grande medida às relações de dependência” (FRAGA, 2014, p. 44). Desta forma, uma possível leitura sobre a criação da indústria neste contexto, reside na percepção de que a constituição de um espaço na zona urbana de Santo Amaro permitiria a estes sócios resistir e responder ao fim da legalidade da escravidão. Fraga (2014, p.) revela que os barões “[...] assistiram ao desmoronamento da escravidão” custando-lhes aceitar que a “desordem” e a “desobediência” alcançassem seus domínios. Neste sentido, estruturar uma nova lógica de produção, completamente industrial, moderna, nas bordas da zona urbana, visível aos “olhos da cidade”, poderia instituir uma imagem palatável às ideias abolicionistas, ligada à legalidade do trabalho, teoricamente remunerado. Enquanto na zona rural, ou seja, distante da cidade, e onde de fato as comunidades de ex-escravos continuavam a habitar, as relações continuassem sendo rígidas para a produção da matéria-prima que alimentava a indústria. Compreendo assim, que se moldava neste momento um processo de reordenação da lógica de exploração tocada pelas oligarquias locais, um caminho diferente para continuidade de um processo que iniciara três séculos antes e que faz do prédio da grande destilaria, um marco, um outro caminho, um novo modelo: a Destilaria Modello.

4. INTERVENÇÕES, INTERRUPÇÕES E TRAJETÓRIAS

Contrastando com a imagem de que todo e qualquer espaço possui uso e função, as ruínas da Destilaria Modello funcionariam como um aviso, um marco simbólico aos excessos e desperdícios do meio social. Visualizar ruínas nos coloca em frente a diversas reflexões e nos conduz a perceber e refletir sobre quais formas de produção, saberes e ofícios foram extintos. Torna-se importante, então, evidenciar que para além da destilaria, o antigo prédio teve ocupações funcionais distintas durante sua trajetória de existência.

Desocupada, e abandonada, desde a década de 1980, a edificação fora entregue a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, que em 2005 o repassou à União, através do Ministério da Educação (MEC), destinado à implantação do novo campus do CECULT, com projeto aprovado pelo PAC – Cidades Históricas, a ser concretizado no decorrer dos quatro anos subsequentes, com o nome “Restauração da antiga fábrica Trzan -

implantação de campus da UFRB”. Com uma fachada medindo cerca de 100 metros de comprimento e uma imponente chaminé em alvenaria, as ruínas carregam as marcas de um momento distante da atualidade, mas sinalizam que arquitetonicamente a ocupação pela universidade a revitalizaria atribuindo novos sentidos em nome da preservação de espaços teoricamente abandonados. A *Trzan*, nomenclatura institucionalizada⁴ pela UFRB, ainda hoje exibe a sua monumentalidade, sua imponência frente outras construções do município é visível e impressiona. O projeto inovador, o estado de abandono, a localização e suas dimensões estruturais criaram a justificativa fundamental para abrigar o plano de ocupação do campus universitário.

Evidencia-se nesse momento que a *Trzan*, também é referenciada como “Tarzan”. Essa é a menção nominativa utilizada frequentemente pelos moradores de Santo Amaro, e a distinção explica-se, em parte, de modo lógico. Até tornar-se abandonada, e para além da constituição inicial enquanto Destilaria, o prédio serviu também ao funcionamento de duas indústrias siderúrgicas: a Fundação Aço Tarzan e a Siderúrgica Santo Amaro.

A Fundação Aço Tarzan, indústria siderúrgica constituída pelo imigrante iugoslavo Carlos Trzan foi constituída na década de 40 do século XX e ocupou o prédio da destilaria durante cerca de quinze anos (1946-1961). Após o encerramento das atividades, a fábrica foi vendida ao grupo paulista Votorantim em 1962 que a renomeou como Siderúrgica Santo Amaro, mantendo a linha de produção da antecessora. As atividades da siderúrgica encerram em 1981, com a entrega da posse do terreno e dos prédios ao poder público municipal.

A maior parte das referências às ruínas encontradas durante o desenvolvimento da pesquisa estão vinculadas ao nome da Fundação Aço Tarzan. Portanto, pouco se conhecia sobre o funcionamento da destilaria, ou até da sua existência, era apenas através da Tarzan e de suas ruínas que o prédio era/é visibilizado, inserido na vida social da cidade. É inegável que a cidade não reconhece naquele espaço a imagem da destilaria, tampouco a Trzan, ligada à Universidade. Reconhecem as ruínas da Tarzan, um local de trabalho ligado à siderurgia que surgiu para entregar empregos em uma cidade marcada pela agricultura e que foi a oportunidade de emprego de centenas de santamarenses. Neste sentido, a Destilaria e todo o seu contexto formativo, habitam o

⁴ Mais informações em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao>

lugar do passado, esquecidos e apagados pelo tempo e pelas significações que lhe impuseram durante os anos.

Entretanto, observando exemplos anteriores no contexto da UFRB, fica evidente que o projeto de recuperação estabelecido para a Trzan consideraria apenas seus critérios estruturais-arquitetônicos, e que sua trajetória enquanto destilaria seria de fato desconsiderada. Essa prática é algo comum nos processos de restauração e reocupação de bens imóveis considerados enquanto bens históricos, vide exemplos do Programa Monumenta, apontados pelo estudioso Nabil Bonduki (2010), possivelmente o maior projeto de reestruturação de imóveis históricos no contexto brasileiro.

Deste modo, a trajetória desses espaços quase que invariavelmente são desconsiderados nos processos de ressignificação, em específico no caso dos bens industriais, devido às características peculiares e pelas dimensões. No caso da Destilaria Modello, é evidente que o prédio em si constitui como uma relevante representação material de um período de transição da economia regional e de um modelo de trabalho, pois é com a criação da Destilaria Modello que é instaurado o processo de transição de um contexto completamente agrário, marcado pelos latifúndios, engenhos e pelo trabalho escravo, para um novo contexto, um ambiente industrial, encravado na zona urbana de Santo Amaro. Mas, também é a uma marca da estruturação de uma lógica de ressignificação da exploração da cidade de Santo Amaro, de sua população e em específico da cachaça, enquanto produto. Essa exploração é algo completamente distinto do modo de produzir das usinas, que trazem a inovação tecnológica ao universo agrário e que coexistem no período.

Entendo que tratar da preservação dos registros arquitetônicos não seja a única e principal maneira de preservar narrativas, e conseqüentemente processos de reconhecimento histórico, como o tombamento, que garantirão a preservação das múltiplas narrativas que podem ser reconstituídas a partir daquele espaço. Faz-se necessário refletir sobre os processos que o constituíram e que deram significado ao local, considerando percursos, trajetórias, relações e movimentações. É fundamental que ao reocupar estes espaços e assim ressignificá-los, deve-se considerar que estes carregam o poder de agregar histórias, memórias e identidades, conforme afirma a historiadora Cristina Meneguello:

Os espaços são relidos e transformados, queiramos ou não. Mas, no caso do patrimônio industrial, é evidente que os novos usos buscam limpar, ordenar e

apagar memórias que podem ser chamadas de memórias difíceis: a do trabalho industrial e suas rotinas, do cansaço, do sono em frente aos teares, dos acidentes de trabalho, dos assédios às operárias, das lutas políticas e das organizações de trabalhadores [...] Também as memórias de orgulho e luta dos trabalhadores acabam expurgadas, porque o que se apaga é que aqueles locais foram, um dia, usados para a produção. (MENEGUELO, 2011, p. 252).

Em específico, de um período significativo da cidade de Santo Amaro, um dos municípios mais importantes no Brasil do ciclo da cana-de-açúcar, mas que para além de todas as memórias preservadas/esquecidas, através dos tombamentos de prédios e casarões da elite financeira e de suas igrejas católicas e que ainda permanecem vivos na memória urbana da cidade. Como ainda resiste esta reminescente fábrica? Esta ruína, que talvez carregue a imagem de ser o último suspiro da oligarquia da cana. Continuará sendo apenas a fachada reminescente de um registro material apagado pela malha urbana da cidade?

As ruínas da Destilaria Modello transmitem a obsolescência das formas de produção do Recôncavo, mas podem carregar a ideia de um renascimento da agroindústria do Recôncavo, mas que também carregam o fardo da escravidão, de uma terra arrasada pela monocultura da cana e da reprodução cíclica de uma lógica colonial sobre suas memórias. Neste sentido, este trabalho auxilia a refletir, sobretudo, sobre como o ato de preservar pode ser um ato de lembrar, de cristalizar lembranças, mas, principalmente, pode ser concebido como um ato de ocultar, apagar ou esquecer.

É notório que se busca conjugar a recuperação e preservação do patrimônio edificado com o desenvolvimento econômico e social, considerando a manutenção da configuração espaço-visual e, principalmente, à sustentabilidade pós-intervencionista. Viabilizam no dia-a-dia contemporâneo o estabelecimento de novas funções e usos das construções históricas, revitalizando as estruturas arquitetônicas, mas sobretudo, reorganizando a política urbana e inserindo-as numa concepção de cotidiano útil das cidades. É evidente que ações de recuperação de espaços históricos na contemporaneidade são concebidas pela necessidade de promover a manutenção da concepção originária de tal edificação: o uso do imóvel. Simplificadamente, edificações são espaços concebidos para serem ocupados e destinados ao uso cotidiano, múltiplo, portanto, restaurar e, conseqüentemente, lograr novos usos permite restabelecer, minimamente, um sentido funcional de utilidade a estes locais. Neste sentido, ao tratar do ato institucionalizado de salvaguarda, enquanto ação política que constrói narrativas

históricas e de memória, considero que uma concepção abrangente sobre os conceitos que tangem a preservação de bens imóveis pondere as múltiplas possibilidades de construção narrativa a serem construídas através destes espaços por múltiplos agentes.

Neste sentido, a concepção de “memórias subterrâneas” apresentada por Michael Pollak (1989), inseridas em um “[...] trabalho de constituição e de formalização das memórias [...]”, é fundamental para estruturar a compreensão da abordagem desenvolvida nesse artigo, em uma perspectiva de existência extracorpórea da memória, enquanto ato social, uma memória de natureza coletiva e não apenas biológica e individual (Halbwachs, 2006; Nora, 1993; Pollak, 1989). Compreende-se que resguardar as estruturas, garantir a manutenção visual e espacial das características arquitetônicas, promover o usufruto destes espaços, são ações de preservação que garantem a sobrevivência dos bens imóveis, mas que podem não considerar questões para além da energia das paredes. Desconsiderar que estes locais para além do entendimento enquanto espaços físicos, são locais de memória, de história, de identidade e neste caminho podem ser fundamentos potenciais para a preservação de fato e direito.

No âmbito da indústria, e sobre a reocupação de espaços históricos, Cristina Meneguello, em entrevista concedida em 2011, relata a dificuldade em compreender o processo de requalificação destes locais, em específico daqueles ligados ao universo industrial.

Ultimamente me sinto um pouco pessimista quanto a este tema, então tenho vontade de dizer que ainda ‘engatinhamos’ em termos de requalificações. Engatinhamos por ainda serem poucas, por estarmos perdendo muitos exemplares significativos em termos de patrimônio industrial com demolições impensadas nas quais sequer a hipótese de requalificação é pensada, ou por termos presenciado certas ‘conversões de uso’ que descaracterizaram os bens de tal modo que toda a sua característica industrial foi esvaziada. (MENEGUELO, 2011, p. 251).

É importante salientar que para além das funções e significados atribuídos originalmente a edificações ligadas à indústria, é comum que em caso de interrupção das atividades originárias ocorram novas ocupações, justificado, em parte, pelas características arquitetônicas peculiares da indústria e por servirem a fins específicos. Em função disto, é recorrente que as reocupações de imóveis históricos implementadas no âmbito das políticas públicas brasileiras busquem permitir novos significados a esses espaços industriais, desconsiderando a função e o uso que esses espaços tiveram no seu

percurso e um diálogo aproximado com as comunidades locais. Como exemplo, cito o processo de constituição do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da própria UFRB e do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), restaurados no âmbito do Programa Monumenta, espaços ligados ao universo industrial (fumo e comércio), e foram reconstituídos para abrigar os campi universitários destas universidades, mas que não consideraram narrar as trajetórias destes espaços sob nenhum aspecto que não o arquitetônico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que os modos de intervenção em determinado bem recompõem a estrutura destes locais para posterior utilização. Em suma dá-se novos significados, mas que usualmente desconsideram a natureza agregadora das memórias e da historicidade de narrativas construídas através destes locais e que estão para além de sua recomposição espaço-visual, isto é, preservar bens culturais da indústria está para além de manter tijolos e chaminés. Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa objetivou estruturar métodos de reconstituir a trajetória da Destilaria, apagada pelas ocupações que foram atribuídas ao prédio durante seu percurso funcional, entendendo-a como objeto relacional constituidor de uma multiplicidade de memórias, e que assim como a sua trajetória estão invisibilizadas. Contudo, este artigo auxilia na reflexão sobre perspectivas de abordagem para além de uma preservação de natureza estrutural-arquitetônica, hegemônica nesse contexto, visando sobretudo explicitar a trajetória da Destilaria Modello e como suas reocupações conectam-se às possibilidades de reutilização espacial na contemporaneidade, inseridos em uma lógica de salvaguarda que majoritariamente desconsidera questões essenciais à percepção destes espaços como lugares de memória.

Compreendo que a partir de seu contexto formativo, como citado anteriormente, pode-se afirmar que a edificação ainda permanece como vestígio material da cultura industrial no Recôncavo. Contudo, na contramão desta percepção a Destilaria Modello também pode ser percebida como herança material de um sistema de exploração da agroindústria, com origem escravista, encravada na malha urbana da cidade de Santo Amaro, mas que não é reconhecida enquanto herança deste período, muito em favor das ocupações que tiveram durante o século XX. Saliento que em Santo Amaro, segundo o

IPHAN⁵, há setenta e cinco prédios de valor histórico e arquitetônico distribuídos por cerca de vinte e sete ruas no centro histórico da cidade, situado entre localidades como as praças da Purificação e do Rosário. Destes, oito são considerados bens culturais e estão sob a salvaguarda da União ou do Estado da Bahia. Registre-se que todos estes bens, sem exceção, são edificações que estiveram originalmente ligadas a Igreja Católica Apostólica Romana ou a oligarquia açucareira da região, ou seja, são perspectivas de preservação que expressam sucintamente o que sempre esteve à frente das políticas de preservação e que discurso está presente nessa perspectiva. Evidencio que para além destes bens, figura o registro do Bembé do Mercado⁶, em 2012, inscrito no Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações do Estado da Bahia.

É o protagonismo exercido pelo Estado que centraliza o desígnio para preservação e uso do que é ou não passível de patrimonialização, seja ele industrial, ou de qualquer outra categoria. Um mesmo bem pode ter múltiplos significados para diversos grupos ou indivíduos e assim, uma vez constatado o caráter da atribuição de valor patrimonial a um bem imóvel ou monumento público, observa-se que durante o processo de reconhecimento e identificação há relações de poder, hierarquizadas, que estabelecem destinos, competências e definem quais narrativas se configurarão no futuro deste contexto. A reutilização de bens históricos na contemporaneidade é tarefa hercúlea, haja vista as dimensões que este bem pode ter exercido no passado, e tratando especificamente de objetos da indústria compreendo que remodelá-los para fins diversos pode ser um ato de extinção das possibilidades de expor determinadas trajetórias.

As ruínas da Destilaria Modello hoje transmitem a obsolescência das formas de produção da indústria e podem estabelecer narrativas que versam sobre um período peculiar da região Recôncavo e de Santo Amaro, momentos que trazem consigo o fardo da escravidão, de uma terra arrasada pela monocultura da cana e da reprodução cíclica de uma lógica colonial sobre suas memórias. Neste sentido, compreendo que o ato de preservar pode se tornar um ato de lembrar, de cristalizar lembranças, mas, principalmente, pode ser transformado em um ato de ocultar, apagar ou esquecer, pode

⁵ Mais informações em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/288>

⁶ “Manifestação cultural e religiosa que acontece desde o final do século XIX quando um grupo de homens e mulheres negras se reunia em praça pública para comemorar a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, no município de Santo Amaro da Purificação. É conhecida como Bembé do Mercado, Festa de Preto ou Candomblé da Liberdade. Desde 1889, o Bembé vem sendo realizado, com a participação de vários terreiros de candomblé da região, que durante três dias realizam uma grande cerimônia de candomblé em praça pública e tem seu ápice com a entrega de presente à Mãe d’Água” (IPAC, 2018)

vir a ser um ato que desconsidere diversas trajetórias, relegando ao esquecimento múltiplas perspectivas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. O açúcar e o álcool na Bahia. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903.

BNDIGITAL. Jornal de Notícias. Ed. 3488. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/222216/401>>. Acesso em 11 de abril de 2018.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos - Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

CARTA de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em
<www.ticcih.org>. Acesso em 11 de abril de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

FRAGA, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FUNDAÇÃO PEDRO CALMON. Centro de Memória da Bahia. BR BACMB AP TXT ADM 24/1972. Acessado em 24 de ago. 2017.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Bembé do Mercado. Disponível em <<http://www.ipac.ba.gov.br/bembe-do-mercado>> Acesso em: 12 de abr. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Santo Amaro (BA). Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/288>> Acesso em: 13 de abr. 2018.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan-abr. 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Problemas teórico-metodológicos de preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo, FAUUSP, Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa Patrimônio: um debate multidisciplinar FAU-Maranhão, 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEGUELLO, Cristina. As ruínas do futuro e o novo patrimônio industrial - entrevista com Cristina Meneguello. (Entrevista) SILVA, Anaxsuell Fernando da; RODRIGUES, Wagner do Nascimento. Junho/2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, dez. 1993, n. 10, p. 16.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Projeto de restauração da Antiga Fábrica Trzan está em processo de Licitação. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao>> Acesso em 12 de abr. 2018.